

Aula 6

A escravidão na África

Andrea Marzano

Meta da aula

Avaliar as diferentes formas de escravidão presentes no continente africano antes da chegada dos europeus.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. avaliar os diferentes papéis desempenhados pela escravidão nas sociedades africanas;
2. descrever as formas de escravização presentes no continente africano antes da chegada dos europeus.

INTRODUÇÃO

Analisar a escravidão na África é tarefa difícil, dadas as diversidades regionais e as mudanças no tempo. Como generalizar para todo o continente uma prática que se fazia presente em sociedades que possuíam línguas, culturas, economias e organizações políticas tão contrastantes?

Os estudos sobre a escravidão na África tendem a se voltar para regiões específicas, quase sempre as mesmas que se tornaram grandes fornecedoras de cativos para o mundo atlântico. É provável que isso se deva, em parte, à maior disponibilidade de fontes escritas. Pelo mesmo motivo, informações sobre a escravidão são também mais abundantes para as áreas que forneceram escravos, em maior número, para as rotas transaarianas.

Como vimos na última aula, é corriqueiro que os historiadores ressaltem as relações entre a escravidão, o comércio de escravos e a formação de grandes “reinos” e “impérios” africanos. Por isso mesmo, o estudo da dinâmica interna da escravidão é quase sempre direcionado a esse tipo de estrutura estatal, mesmo quando se afirma que grande parte dos africanos, inclusive escravos, vivia em pequenas aldeias, governadas pelos costumes e por conselhos de anciãos.

Muito do que se tem produzido sobre a escravidão na África foi resultante de um interesse inicial pela compreensão do processo de formação das sociedades escravistas nas Américas, partindo-se do pressuposto de que é preciso conhecer a África para entender, enfim, as escolhas e estratégias dos africanos submetidos ao cativo na diáspora. Frequentemente, em função desta perspectiva, os historiadores deixam de enfatizar que a história da escravidão africana deveria ser estudada mesmo que nenhum africano tivesse cruzado o Atlântico como cativo.

Cabe salientar, ainda, que os estudos recentes sobre o assunto têm funcionado como veículo para o posicionamento dos africanos

como protagonistas de sua própria história, já que eles passam a aparecer como gestores da escravidão no continente e como coparticipantes no comércio atlântico de escravos. A historiografia sobre a escravidão na África contribui, assim, para problematizar a vitimização dos africanos, que deixam de ser apresentados como atores passivos diante da presença europeia e da escravização, concreta ou potencial.

Estudos demonstram que a escravidão africana antecedeu a presença europeia e o comércio atlântico de escravos e sobreviveu a ambos, embora não haja unanimidade sobre as consequências da exportação de cativos na dinâmica interna do cativeiro africano.

As análises sobre o comércio atlântico de escravos acabam levando aos debates sobre o seu impacto nas sociedades africanas e, particularmente, nas diferentes formas de escravidão nelas praticadas. A recíproca também é verdadeira, e os estudos sobre o cativeiro africano transbordam, frequentemente, para a demonstração de sua importância na constituição do tráfico intercontinental e na formação do mundo atlântico.

Apesar disso, a presente aula será um esforço de abordagem da escravidão no continente e das formas de escravização, seja para uso interno seja para o atendimento da demanda atlântica. A montagem do comércio atlântico de escravos será abordada, apenas, na próxima aula.

A escravidão na África



Figura 6.1: Escravos na África.

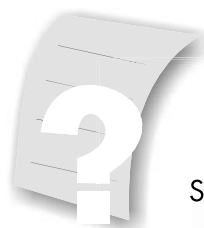
Fonte: <http://de.wikipedia.org/w/index.php?title=Datei:ST-slaves.jpg&filetimestamp=20041112213014>.

Embora exista um grande debate sobre os efeitos do tráfico atlântico no continente africano e as posições estejam longe de um consenso, todos os historiadores envolvidos reconhecem a existência da escravidão na África, em épocas anteriores ao contato com os europeus. As discordâncias, no que diz respeito a esse ponto, relacionam-se à caracterização do cativo africano e à sua posição – central ou marginal – nas sociedades. Alguns historiadores tendem a realçar, como especificidade da escravidão na África, o fato de estar inserida em várias modalidades de dependência, tendo, portanto, um caráter menos central e, frequentemente, menos mercantil. Para eles, a escravidão teria ocorrido em pequena escala, nas sociedades africanas, em meio a várias outras formas de relações pessoais, exploração de mão de obra ou opressão. Outros autores, no entanto, rebatem essa ideia, afirmando que o papel – central ou marginal – da escravidão nas sociedades africanas, bem como o número de escravizados, variaram muito de uma região para outra, sendo difícil estabelecer generalizações confiáveis para todo o continente.

Para alguns estudiosos, a escravidão só se tornou elemento importante nas sociedades africanas em consequência da montagem do comércio atlântico de escravos. Nesse sentido, sob o efeito do tráfico para as Américas o cativeiro teria se intensificado e, mais do que isso, adquirido novas características, inexistentes até então.

Podemos mencionar, ainda, os que defendem que a escravidão africana intensificou-se não em consequência do tráfico, mas sim de seu encerramento. Na África Centro-Occidental, o número de escravos teria aumentado em certos “reinos” porque eles haviam se estruturado – através de exércitos em permanente atividade e de sistemas judiciais que incluíam a pena de escravização – para o fornecimento de cativos para o comércio atlântico. Após o fim dessa demanda, tais estruturas ou engrenagens não puderam ser reformadas imediatamente, gerando a utilização de grande número de escravos no próprio continente.

A análise da escravidão na África, bem como das formas de escravização, é frequentemente baseada na distinção entre as sociedades islâmicas e as sociedades linhageiras ou domésticas. Tal distinção será mantida aqui. Entretanto, é necessário considerar o processo histórico de expansão do islamismo na África, que permite perceber que o modelo de escravidão típico das sociedades islâmicas – como as do Oriente Médio e do norte do continente – acabou se sobrepondo a modelos de escravidão linhageira, preexistentes em partes da África Ocidental e Oriental. Tal divisão estanque, baseada no ocultamento do referido processo histórico, deve ser relativizada, embora possa ser mantida por motivos, sobretudo, didáticos.



Sociedades linhageiras e sociedades islâmicas

Sociedades linhageiras: sociedades organizadas em torno da noção de linhagem, entendida como grupo formado por pessoas que possuem uma

única linha de descendência (patrilinear ou matrilinear), traçada a partir de um antepassado comum. Em uma mesma sociedade, podem conviver diferentes linhagens, sendo as diferenças entre elas elementos essenciais para a definição do “lugar social” de cada um. Sociedades linhageiras podiam estar organizadas sob a forma de “reinos”, “impérios” ou simples aldeias sem poder político centralizado, onde os conflitos eram resolvidos por conselhos de anciãos ou sociedades secretas de caráter mágico-religioso.

Sociedades islâmicas africanas: sociedades que passaram por processo de islamização, no norte e na costa oriental a partir do século VII, e na África Ocidental a partir do século IX. Em função da expansão territorial empreendida, no norte, pelos árabes, ou em decorrência das atividades comerciais na África Ocidental e Oriental, algumas sociedades linhageiras tornaram-se, evidentemente, sociedades islâmicas.

A escravidão nas sociedades islâmicas

No norte da África, onde o islamismo chegou, como vimos, no século VII, a escravidão era uma instituição relativamente importante, seja pelo seu peso na economia, seja pela recomposição sistemática do número de escravos através do comércio.

Na tradição islâmica, a escravidão era explicada como um meio de converter os não muçulmanos. Assim, uma das tarefas do senhor era a instrução religiosa e, teoricamente, os muçulmanos não podiam ser escravizados, embora na prática isso fosse muitas vezes violado. A conversão de um escravo não levava automaticamente à

emancipação, mas a assimilação à sociedade do senhor, julgada de acordo com a observância dos preceitos religiosos, era considerada um pré-requisito para a alforria e normalmente garantia melhor tratamento.

Os cativos vendidos para as sociedades islâmicas eram, sobretudo, mulheres e crianças. As mulheres consideradas bonitas eram mais caras e incorporadas aos haréns, enquanto as demais eram alocadas no serviço doméstico. Grande parte dos homens adultos era empregada no transporte de mercadorias, nas caravanas do comércio transaariano e em funções administrativas. Os meninos, por sua vez, eram treinados para o serviço militar ou doméstico. Alguns deles, transformados em eunucos, eram incorporados aos exércitos (havia exércitos específicos de eunucos) ou alocados nos haréns, como vigilantes. Muitos eunucos ocupavam, também, cargos administrativos e funções de governo.

A cirurgia de castração era dolorosa e provocava muitas mortes. A cada dez meninos submetidos a ela, nove não sobreviviam. Segundo alguns autores, embora os eunucos fossem preferidos para a guarda dos haréns, essa não era a principal razão para a sua castração. Afinal, os haréns poderiam ser guardados por mulheres. O número de eunucos era relativamente alto, ultrapassando a demanda dos haréns e indicando seu uso acima de tudo político. Como não podiam ter filhos, os eunucos não transmitiam bens, títulos e funções hereditariamente. Alocando os eunucos em funções de governo, os soberanos reservavam para si a possibilidade de permanecerem donos das prerrogativas e dos bens que lhes confiavam. Continuavam, assim, no controle da sua sucessão, garantindo que nenhuma linhagem viesse a reivindicá-la. E como os eunucos eram, em geral, escravos, os soberanos ainda tinham a prerrogativa de se livrar deles a qualquer momento, por terem sobre eles direitos de vida e morte.

Nas sociedades islâmicas, a escravidão não se autoperpetuava, já que os nascidos no cativeiro formavam uma parcela relativamente pequena da população escrava. Muitos filhos de escravos eram

assimilados pela sociedade muçulmana, abrindo caminho para se livrarem da condição de cativos. O fenótipo, por sua vez, não era um fator determinante para a manutenção da condição servil.

Havia critérios claros para a manumissão, derivados das leis corânicas. Uma escrava que se tornasse esposa, uma concubina que tivesse filho do senhor, ou o próprio filho, deveriam ser libertados, e isso necessariamente envolvia atos – ocasiões específicas, claramente determinadas – de libertação.

Segundo alguns autores, o avanço do islamismo e do comércio transaariano modificou substancialmente as características da escravidão na África Ocidental, passando a envolver, cada vez mais, a ideia do escravo como um produto, que podia ser trocado por outros ou por moeda.



Atende ao Objetivo 1

1. Apresente as principais características da escravidão praticada nas sociedades islâmicas africanas.

Resposta Comentada

Na tradição islâmica, a escravidão era entendida como um meio de conversão. Assim, cabia ao senhor a instrução religiosa dos cativos e, teoricamente, os muçulmanos não podiam ser escravizados. A conversão de um escravo não levava automaticamente à emancipação, mas era um pré-requisito para a alforria e normalmente garantia melhor tratamento.

Os cativos vendidos para as sociedades islâmicas eram, sobretudo, mulheres e crianças. As mulheres eram incorporadas aos haréns ou alocadas no serviço doméstico. Grande parte dos homens adultos era empregada no transporte de mercadorias, nas caravanas do comércio transaariano e em funções administrativas. Os meninos, por sua vez, eram treinados para o serviço militar ou doméstico. Alguns deles, transformados em eunucos, eram incorporados aos exércitos, tornavam-se vigilantes dos haréns ou ocupavam cargos administrativos e funções de governo.

Nas sociedades islâmicas, os nascidos no cativeiro formavam uma parcela relativamente pequena da população escrava. Muitos filhos de escravos eram assimilados pela sociedade muçulmana, abrindo caminho para se livrarem da condição de cativos. O fenótipo, por sua vez, não era um fator determinante para a manutenção da condição servil.

Havia critérios claros para a manumissão, derivados das leis corânicas. Uma escrava que se tornasse esposa, uma concubina que tivesse filho do senhor, ou o próprio filho, deveriam ser libertados, e isso necessariamente envolvia atos de libertação.

A escravidão nas sociedades linhageiras

Nas sociedades linhageiras, a escravidão conviveu com a penhora – trabalho não remunerado como garantia de uma dívida – e o trabalho familiar, assumindo uma posição marginal na produção. Por esse motivo, alguns autores afirmam a inexistência de um modo de produção escravista naquelas sociedades. A suposta ausência de um mecanismo constante e institucional de renovação do estoque de escravos seria mais um argumento em favor desta afirmação.

Isso não significava, evidentemente, a inexistência do uso produtivo dos escravos. O que é importante frisar é que os cativos

não eram pensados apenas em função do seu potencial para a produção, tal como ocorreria, por exemplo, nas Américas. A prática do sacrifício de escravos, sobretudo em rituais funerários, e a frequência com que escravas tornavam-se esposas dos senhores indicam que a produção não era a única razão da existência dos cativos nas sociedades linhageiras africanas.

A respeito dos sacrifícios de escravos, alguns autores afirmam que só podem ser compreendidos considerando-se que os cativos representavam prestígio para os seus detentores. Assim, uma vez satisfeitas a demanda dos mercadores e as necessidades econômicas e militares da parcela privilegiada das sociedades linhageiras, os cativos excedentes teriam neutralizada sua capacidade produtiva através do sacrifício. Essa seria uma maneira de evitar que os excedentes fossem redistribuídos para o conjunto da população, o que eliminaria uma importante forma de expressão das hierarquias e privilégios existentes naquelas sociedades.

Outros autores, no entanto, explicam os sacrifícios como um meio de se livrar de escravos improdutivos ou envelhecidos, de evitar que os escravos mais velhos e mais sábios iniciassem conspirações, ou de afastar o perigo da presença de cativos invendáveis e irrecuperáveis. Embora factíveis, todas essas explicações adotam uma perspectiva demasiadamente materialista, desconsiderando o universo de crenças que posicionava os sacrifícios humanos como elementos reguladores do bem-estar social.

Há, ainda, estudiosos que discordam da atribuição de um caráter marginal à escravidão nas sociedades linhageiras africanas. Citando relatos de europeus que estiveram no continente entre os séculos XVI e XVII, alguns autores afirmam que a propriedade de escravos foi a principal forma de riqueza individual, dada a inexistência da propriedade privada da terra. Quem quisesse investir tinha de fazê-lo em escravos e não em terras, já que essas eram distribuídas e não vendidas. Até mesmo a cobrança de tributos seria calculada sobre a quantidade de dependentes, incluindo escravos, e não sobre a quantidade de terra. O trabalho, e não a terra, seria,

em tais sociedades, o fator central da produção, daí a importância crucial da escravidão no continente.

Como vimos nas Aulas 4 e 5, a escravidão esteve relacionada à formação e consolidação de vários “reinos” e “impérios” africanos. Se o trabalho escravo na agricultura podia garantir o sustento das cidades e a distribuição de alimentos em troca de tributos, exércitos de escravos podiam ser a base da expansão territorial e da dominação de povos vizinhos. Além disso, escravos leais aos governos podiam atuar como cobradores de tributos, administradores de províncias, funcionários judiciários e “conselheiros reais”.

Referindo-se ao “império” Lunda, existente entre os séculos XVIII e XIX na África Centro-Occidental, um historiador afirma que o conceito de escravo pode não ter sido muito diferente do de súdito. Deste modo, o “imperador” podia, em ocasiões difíceis, escolher escravos entre os súditos que o rodeavam.

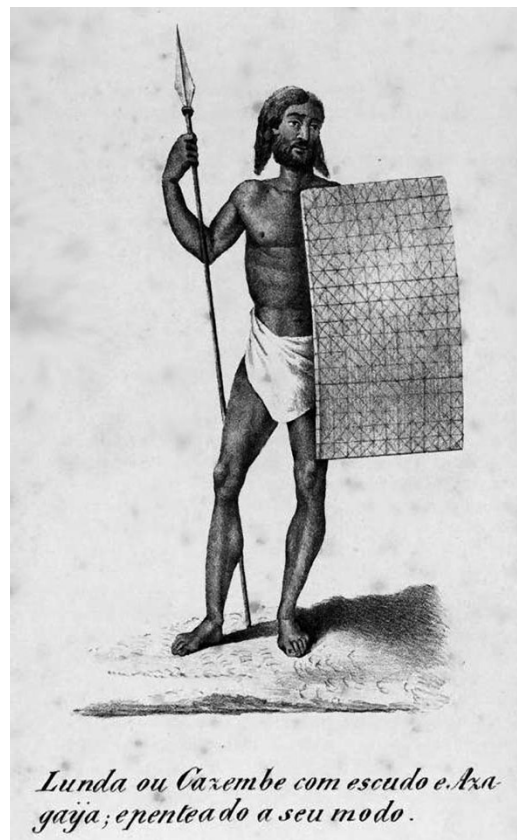


Figura 6.2: Representação, por autor desconhecido, de um guerreiro lunda, feita em 1854. Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Lunda_ou_Cazembe-1854.jpg.

Tais afirmações reforçam a ideia de que a escravidão era encarada como uma forma de dependência, entre outras possíveis. Essa imagem torna-se ainda mais nítida quando lembramos que, no “reino” do Congo, a palavra que designava “escravo” era a mesma usada para referir “criança”. É difícil não relacionar tal informação à ideia, presente em muitas análises sobre a África pré-colonial, de que ter filhos e escravos significava, para os africanos que viviam abaixo do Saara, ter riqueza, reconhecimento social, mão de obra e, acima de tudo, alguém para lembrá-los e cultuá-los após a morte.

Nas sociedades linhageiras, a escravidão era fundamentada na relação extremamente pessoal entre senhor e escravo, da qual derivava toda a inserção social deste último. O escravo seria, basicamente, um dependente do senhor; até podia servir como mercadoria, podendo ser trocado ou vendido; até podia exercer atividades produtivas, como agricultor, mineiro, carregador, artesão, mas, em essência, era uma fonte de prestígio social e poder político para o seu senhor.

Embora as informações acima tendam a transmitir a imagem de uma escravidão menos violenta do que a que existiu, por exemplo, nas Américas, não há unanimidade a esse respeito. Se alguns autores apresentam a escravidão africana, anterior à chegada dos europeus, como menos violenta, afirmando que o aumento dos maus-tratos impingidos aos cativos foi resultante da influência do comércio atlântico de escravos, outros discordam dessa opinião. Para esses últimos, embora fosse comum o emprego de escravos como administradores, militares e mesmo “conselheiros reais”, eles também podiam desempenhar penosos trabalhos agrícolas, sendo difícil generalizar suas condições de vida e trabalho. A intensificação dos maus-tratos, se é que de fato ocorreu, pode ter sido motivada pelo uso mais agressivo da força de trabalho, em um processo semelhante ao vivenciado pelos trabalhadores europeus após a Revolução Industrial.

Nas sociedades linhageiras africanas, filhas púberes, esposas, protegidos e penhorados eram sujeitos, da mesma forma que os

escravos, ao poder absoluto do chefe da família ou linhagem, podendo ser espancados, alienados e eventualmente mortos.

No que diz respeito à transição da condição de escravo para a condição de livre, autores afirmam que podia ocorrer como resultado da convivência e do compartilhamento da língua e das crenças religiosas. Entretanto, o processo de assimilação do escravo à linhagem era lento, podendo se estender por gerações. Assim, a manumissão, consequência da assimilação, dificilmente chegava para os que tinham vindo de fora na condição de escravos, sendo possível, apenas, para seus descendentes. Além disso, não havia nenhum ato – ocasião específica, claramente delimitada – que representasse a passagem do cativo para a liberdade.



Segundo alguns autores, em muitas sociedades africanas o cativo era consideravelmente diferente da escravidão mercantil praticada nas regiões que, a exemplo da cidade de Luanda – atual capital de Angola, fundada por um donatário português em 1576 – eram administradas por europeus. No século XIX, entre os povos ambundo – falantes do quimbundo – que viviam na região interiorana mais ou menos próxima de Luanda, a escravidão tinha características bastante peculiares. Lá existiam os *fuká* e os *dongo*, duas categorias diferentes de cativos. Os *fuká* eram penhorados, ou seja, temporariamente entregues a credores como garantia do pagamento de dívidas. Podiam, por isso, ser resgatados após o pagamento. Os *dongo*, por sua vez, padeciam da escravidão absoluta, tendo sido comprados ou escravizados em guerras. No interior de Angola, leis consuetudinárias que protegiam os mais fortes, guerras endêmicas e

pesadas multas pelos menores delitos, que levavam à penhora de seres humanos, transformavam homens livres em escravos. Segundo o viajante Ladislau Magyar, que visitou os sertões de Angola em meados do século XIX, talvez metade da população do “país ambundo” fosse formada por escravos, sobretudo homens, que correspondiam a cerca de 2/3 do total. Tanto o húngaro Magyar quanto o inglês Joachim John Monteiro, que publicou seu relato de viagem em 1875, descrevem a escravidão praticada entre os ambundo como uma instituição doméstica, relativamente “benigna” e não hereditária. Os senhores exerceriam, sobre os escravos, um poder mais paternal que autoritário, deixando-lhes tempo livre para a execução das tarefas domésticas. Os escravos casar-se-iam, com frequência, com mulheres livres, sendo esta última condição transmitida para seus filhos. Muitas escravas, tornadas concubinas dos senhores, acabariam sendo parte de suas famílias.

O tratamento dispensado aos cativos não seria resultado da bondade senhorial, mas sim uma maneira de evitar fugas, já que os costumes ambundo facultavam aos escravos o direito de fugir e procurar outros donos. Existiam dois tipos de fugas. Na modalidade conhecida como *vátira*, o cativo simplesmente se evadia. Na *tombika* ou *chimbika*, o fugido procurava outro chefe, a quem se oferecia como escravo. Bastava cometer um delito, como matar um boi do senhor pretendido, e se oferecer como ressarcimento do prejuízo causado. Teoricamente, o antigo dono podia evitar a perda do escravo oferecendo, ele próprio, o referido ressarcimento. Entretanto, como o dano ao patrimônio do senhor escolhido costumava ser alto, tal alternativa quase nunca era interessante.

A *chimbika* ou *tombika* também era praticada por criminosos, já que, sob a autoridade do novo senhor, o escravo tinha apagadas as dívidas e delitos passados. Famílias inteiras praticavam a *chimbika* ou *tombika* e todos os seus membros tornavam-se escravos do novo senhor. Também pessoas livres que passavam por dificuldades, geralmente decorrentes da fome, de dívidas ou de guerras, podiam recorrer à *tombika* em busca de proteção.



Atende ao Objetivo 1

2. Apresente as principais características da escravidão praticada nas sociedades linhageiras africanas.

Resposta Comentada

Nas sociedades linhageiras, a escravidão conviveu com a penhora – trabalho não remunerado como garantia de uma dívida – e o trabalho familiar, assumindo, segundo alguns autores, uma posição marginal na produção.

Embora os escravos pudessem ser usados em atividades produtivas – como agricultores, mineiros, carregadores, artesãos –, eles não eram pensados apenas em função desse potencial. A prática do sacrifício de escravos e a frequência com que escravas tornavam-se esposas dos senhores indicam que a produção não era a única razão da existência dos cativos nas sociedades linhageiras africanas.

Para outros autores, no entanto, a posição da escravidão nas sociedades linhageiras estaria longe de ser marginal. A propriedade de escravos teria sido a principal forma de riqueza individual, dada a inexistência da propriedade privada da terra. O trabalho, e não a terra, seria o fator central da produção, daí a importância crucial da escravidão no continente.

A escravidão esteve relacionada à formação e consolidação de vários “reinos” e “impérios” africanos. Se o trabalho escravo na agricultura podia garantir o sustento das cidades e a distribuição de alimentos em troca de tributos, exércitos de escravos podiam ser a base da expansão territorial e da dominação de povos vizinhos. Além disso, escravos leais aos governos podiam atuar como cobradores de tributos, administradores de províncias, funcionários judiciários e “conselheiros reais”.

Nas sociedades linhageiras, a escravidão tendia a ser encarada como uma forma de dependência, entre outras possíveis. Assim, era fundamentada na relação extremamente pessoal entre senhor e escravo, da qual derivava toda a inserção social deste último. O escravo podia ser trocado ou vendido e exercer atividades produtivas, mas era, acima de tudo, uma fonte de prestígio social e poder político para o seu senhor.

Embora as informações acima tendam a transmitir a imagem de uma escravidão mais “benigna”, não há unanimidade a esse respeito. Se alguns autores apresentam a escravidão africana, anterior à chegada dos europeus, como menos violenta, afirmando que o aumento dos maus-tratos impingidos aos cativos foi resultante da influência do comércio atlântico de escravos, outros discordam dessa opinião. Para esses últimos, embora fosse comum o emprego de escravos como administradores, militares e mesmo “conselheiros reais”, eles também podiam desempenhar penosos trabalhos agrícolas, sendo difícil generalizar suas condições de vida e trabalho.

A transição para a liberdade podia ocorrer, naquelas sociedades, como resultado da convivência e do compartilhamento da língua e das crenças religiosas. Entretanto, a assimilação do escravo à linhagem podia se estender por gerações. Assim, a manumissão, consequência da assimilação,

difícilmente chegava para os que tinham vindo de fora na condição de cativos, sendo possível, apenas, para seus descendentes. Além disso, não havia nenhum ato que representasse a passagem do cativo para a liberdade.

As formas de escravização

A análise da escravidão na África acaba por remeter à problemática das formas de escravização, seja para uso no continente, seja para o tráfico atlântico. Por uma questão de coerência, a exposição dessas formas será pautada na distinção entre sociedades islâmicas e sociedades linhageiras, que presidiu a explicação anterior.

Nas (ou para as) sociedades islâmicas

O comércio de escravos para as sociedades islâmicas começou através da "guerra santa", estando envolvido no processo de expansão do Islã, do Oriente Médio para a Europa Mediterrânica e o norte da África, desde pelo menos o século VII. Nesse processo, em que os árabes obtiveram sucessivas conquistas territoriais, foram feitos escravos não apenas no norte da África, mas também em partes da Europa Ocidental.

A partir do século IX, com a expansão do comércio empreendido por muçulmanos para as savanas da África Ocidental através das rotas transaarianas, o tráfico de escravos para as sociedades islâmicas envolveu também a região ao sul do Saara. Como as leis corânicas determinavam que adeptos da religião islâmica não podiam ser escravizados, muçulmanos do norte perceberam a conveniência de

buscar escravos na África Ocidental. Guerras locais, condenações judiciais, sequestros e dívidas ganharam importância, ali, como fontes de escravos que, uma vez vendidos para os comerciantes muçulmanos, eram reunidos em caravanas que atravessavam o Saara.

Para alguns autores, o tráfico de escravos nas rotas transaarianas esteve estreitamente relacionado ao endividamento dos povos do Sahel, que compravam cavalos, vindos do norte, e pagavam com escravos e ouro.

Nem todos os cativos comercializados por muçulmanos, entre os séculos XVI e XIX, foram para o norte da África e o Oriente Médio. Cerca de 10 % deles, oriundos da Senegâmbia e da Alta Guiné, foram enviados para o tráfico atlântico. As guerras entre estados muçulmanos e não muçulmanos, as *jihads* islâmicas contra governos nominalmente muçulmanos mas considerados infiéis, bem como as guerras ligadas ao surgimento de novas teocracias islâmicas teriam sido as principais formas de escravização nessas áreas nos séculos XVII e XVIII.



Senegâmbia e Alta Guiné

No sentido histórico, Senegâmbia é a região que engloba os atuais Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau e Guiné. Trata-se da primeira região da África Subsaariana a ser conhecida pelos portugueses, a partir de meados do século XV.

A Alta Guiné corresponde à zona oeste da África Ocidental, entre a atual cidade de Dacar, no Senegal, e o Cabo das Palmas, na fronteira da Libéria e da Costa do Marfim.



Figura 6.3: Localização da Senegâmbia.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Senegambia_%28orthographic_projection%29.svg.



Atende aos Objetivos 1 e 2

3. Apresente as principais formas de obtenção de escravos nas ou para as sociedades islâmicas.

Resposta Comentada

O comércio de escravos para as sociedades islâmicas começou através da "guerra santa", estando envolvido no processo de expansão da religião muçulmana, do Oriente Médio para o norte da África – ocorrido a partir do século VII – e para a Europa Mediterrânica. Já a partir do século IX, com as rotas transaarianas e a expansão do islamismo na África Ocidental, esse comércio envolveu a região ao sul do Saara. Desde então, a África Ocidental foi uma grande fonte de cativos para as sociedades islâmicas do norte do continente e do Oriente Médio.

Para alguns autores, o tráfico de escravos nas rotas transaarianas esteve estreitamente relacionado ao endividamento dos povos do Sahel, que compravam cavalos, vindos do norte, e pagavam com escravos e ouro.

Por outro lado, nos séculos XVII e XVIII, as *jihads* ou "guerras santas" opondo estados islâmicos a povos pagãos foram as principais formas de escravização em certas áreas da África Ocidental, sendo os escravos utilizados nas sociedades muçulmanas da própria região.

Nas sociedades linhageiras

As principais formas de escravização nas sociedades linhageiras africanas foram as guerras, que faziam prisioneiros e, conseqüentemente, escravos. No "império" Lunda, por exemplo, existente na África Centro-Ocidental entre os séculos XVIII e XIX, o próprio "imperador" teria conduzido guerras contra povos fronteiriços visando à obtenção de escravos. Além disso, a escravização fazia parte do sistema de tributos. Dentre os tributos mais ou menos anuais cobrados pelo referido "imperador" a 36 chefes, em meados do

século XIX, constavam escravos e marfim para o tesouro “imperial”, assim como ferro, cobre, enxadas, arcos, lanças, víveres, óleo de palma, peles, ráfia, tecidos e artigos de cerâmica.

Também as sentenças judiciais produziam escravos, já que os criminosos ou pretensos criminosos eram condenados à escravatura. Por esse motivo, ao saberem da proibição do tráfico de escravos em Portugal, chefes provinciais Lunda teriam protestado: se Portugal continuava a transportar condenados (degredados) para Angola, por que razão os Lunda não eram autorizados a transportar condenados para Portugal?

Uma última forma de escravização existente no “império” Lunda seria o conflito armado em pequena escala, entre chefes ou em disputas pela sucessão no interior do estado.

Se guerras e sentenças judiciais eram mecanismos de escravização nas sociedades linhageiras africanas – e não apenas no “império” Lunda –, o mesmo pode ser dito sobre os sequestros, as dívidas e as acusações de feitiçaria – que poderiam ser incluídas no âmbito das sentenças judiciais. Essas formas de escravização precederam, evidentemente, a chegada dos europeus e a montagem do comércio atlântico de escravos. No entanto, alguns autores ressaltam que a demanda atlântica por cativos intensificou as guerras, os sequestros e as acusações de feitiçaria, gerando uma espiral de violência e provocando um temor generalizado da escravização.

CONCLUSÃO

Existiam, no continente africano, diferentes formas de escravização, de comércio de cativos e de exploração da mão de obra escrava antes da chegada dos europeus. Acostumados a ter escravos, africanos teriam oferecido cativos, entre outros “produtos”, quando iniciaram relações comerciais com os europeus. Ou pelo

menos teriam aceito vendê-los sem estranheza. Tais constatações têm contribuído decisivamente para que os historiadores reconheçam o papel dos próprios africanos na montagem e na manutenção do comércio atlântico de escravos.

RESUMO

O comércio de escravos para as sociedades islâmicas começou através da "guerra santa", estando envolvido no processo de expansão da religião muçulmana, do Oriente Médio para o norte da África – ocorrido a partir do século VII – e para a Europa Mediterrânica. Já a partir do século IX, com as rotas transaarianas e a expansão do islamismo na África Ocidental, esse comércio envolveu a região ao sul do Saara. Desde então, a África Ocidental foi uma grande fonte de cativos para as sociedades islâmicas do norte do continente e do Oriente Médio.

Para alguns autores, o tráfico de escravos nas rotas transaarianas esteve estreitamente relacionado ao endividamento dos povos do Sahel, que compravam cavalos, vindos do norte e pagavam com escravos e ouro.

Por outro lado, nos séculos XVII e XVIII, as *jihads* ou "guerras santas" opondo estados islâmicos a povos pagãos foram as principais formas de escravização em certas áreas da África Ocidental, sendo os escravos utilizados nas sociedades muçulmanas da própria região.

Na tradição islâmica, a escravidão era entendida como um meio de conversão. Assim, cabia ao senhor a instrução religiosa dos cativos e, teoricamente, os muçulmanos não podiam ser escravizados. A conversão de um escravo não levava automaticamente à emancipação, mas era um pré-requisito para a alforria e normalmente garantia melhor tratamento.

Os cativos vendidos para as sociedades islâmicas eram, sobretudo, mulheres e crianças. As mulheres eram incorporadas aos

haréns ou alocadas no serviço doméstico. Grande parte dos homens adultos era empregada no transporte de mercadorias, nas caravanas do comércio transaariano e em funções administrativas. Os meninos, por sua vez, eram treinados para o serviço militar ou doméstico. Alguns deles, transformados em eunucos, eram incorporados aos exércitos, tornavam-se vigilantes dos haréns ou ocupavam cargos administrativos e funções de governo.

Nas sociedades islâmicas, os nascidos no cativeiro formavam uma parcela relativamente pequena da população escrava. Muitos filhos de escravos eram assimilados pela sociedade muçulmana, abrindo caminho para se livrarem da condição de cativos. O fenótipo, por sua vez, não era um fator determinante para a manutenção da condição servil.

Havia critérios claros para a manumissão, derivados das leis corânicas. Uma escrava que se tornasse esposa, uma concubina que tivesse filho do senhor, ou o próprio filho, deveriam ser libertados, e isso necessariamente envolvia atos de libertação.

As principais formas de escravização nas sociedades linhageiras africanas foram as guerras, as sentenças judiciais – inclusive por acusações de feitiçaria –, os sequestros e as dívidas.

Nas sociedades linhageiras, a escravidão conviveu com a penhora – trabalho não remunerado como garantia de uma dívida – e o trabalho familiar, assumindo, segundo alguns autores, uma posição marginal na produção.

Embora os escravos pudessem ser usados em atividades produtivas – como agricultores, mineiros, carregadores, artesãos –, eles não eram pensados apenas em função desse potencial. A prática do sacrifício de escravos e a frequência com que escravos tornavam-se esposas dos senhores indicam que a produção não era a única razão da existência dos cativos nas sociedades linhageiras africanas.

Para outros autores, no entanto, a posição da escravidão nas sociedades linhageiras estaria longe de ser marginal. A propriedade

de escravos teria sido a principal forma de riqueza individual, dada a inexistência da propriedade privada da terra. O trabalho, e não a terra, seria o fator central da produção, daí a importância crucial da escravidão no continente.

A escravidão esteve relacionada à formação e consolidação de vários "reinos" e "impérios" africanos. Se o trabalho escravo na agricultura podia garantir o sustento das cidades e a distribuição de alimentos em troca de tributos, exércitos de escravos podiam ser a base da expansão territorial e da dominação de povos vizinhos. Além disso, escravos leais aos governos podiam atuar como cobradores de tributos, administradores de províncias, funcionários judiciários e "conselheiros reais".

Nas sociedades linhageiras, a escravidão tendia a ser encarada como uma forma de dependência, entre outras possíveis. Assim, era fundamentada na relação extremamente pessoal entre senhor e escravo, da qual derivava toda a inserção social deste último. O escravo podia ser trocado ou vendido e exercer atividades produtivas, mas era, acima de tudo, uma fonte de prestígio social e poder político para o seu senhor.

Embora as informações acima tendam a transmitir a imagem de uma escravidão mais "benigna", não há unanimidade a esse respeito. Se alguns autores apresentam a escravidão africana, anterior à chegada dos europeus, como menos violenta, afirmando que o aumento dos maus-tratos impingidos aos cativos foi resultante da influência do comércio atlântico de escravos, outros discordam dessa opinião. Para esses últimos, embora fosse comum o emprego de escravos como administradores, militares e mesmo "conselheiros reais", eles também podiam desempenhar penosos trabalhos agrícolas, sendo difícil generalizar suas condições de vida e trabalho.

A transição para a liberdade podia ocorrer, naquelas sociedades, como resultado da convivência e do compartilhamento da língua e das crenças religiosas. Entretanto, a assimilação do escravo à linhagem podia se estender por gerações. Assim, a

manumissão, consequência da assimilação, dificilmente chegava para os que tinham vindo de fora na condição de cativos, sendo possível, apenas, para seus descendentes. Além disso, não havia nenhum ato que representasse a passagem do cativo para a liberdade.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, focalizaremos o comércio atlântico de escravos, dimensionando seu volume, apontando as principais áreas fornecedoras, analisando aspectos de sua montagem e traçando um panorama do debate historiográfico sobre seus efeitos nas sociedades africanas.